



gestão **social**

UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE - ENSINO A DISTÂNCIA®



Fascículo

11

Gestão Social, Inovação **e Tecnologia Social**

Carla Pasa Gómez

Carlos Eduardo de Souza Galvão



FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA (FDR)

Presidência
João Dummar Neto
Direção Geral
Marcos Tardin

UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE (Uane)

Coordenação Geral
Ana Paula Costa Salmin

CURSO GESTÃO SOCIAL

Concepção e Coordenação Geral
Cliff Villar

Organizadores de Conteúdo
**João Martins de Oliveira Neto e
Jeová Torres Silva Júnior**

Coordenação Pedagógica
Ana Cristina Pacheco de Araújo Barros

Coordenação Executiva
Rebeca Sabóia

Edição de Design e Projeto Gráfico
Amaurício Cortez

Editoração Eletrônica
Cristiane Frota

Ilustrações
Carlus Campos

Revisão de texto
Daniela Nogueira

Catologação na Fonte
Kelly Pereira

Gerente de Serviços
Valéria Freitas

Produtora
Thais de Paula

Este fascículo é parte integrante do Curso Gestão Social composto por 12 fascículos oferecido pela Universidade Aberta do Nordeste (Uane), em decorrência do contrato celebrado entre a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e a Fundação Demócrito Rocha (FDR), sob o nº 076/2017.

C975 Curso gestão social / concepção e coordenação geral, Cliff Villar; organizadores de conteúdo; João Martins de Oliveira Neto e Jeová Torres Silva Júnior. – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UANE/BID/STDS-Ce, 2017.
288. il. color; (Curso em 12 Fascículos)

ISBN 978-85-7529-842-8

1. Curso – gestão social **I.** Villar, Cliff. **II.** Oliveira Neto, João Martins. **III.** Silva Júnior, Jeová Torres. **IV.** Título

CDU 304(813.1)

Todos os direitos desta edição reservados à:



Fundação
Demócrito Rocha

Fundação Demócrito Rocha

Avenida Aguanambi, 282/A - Joaquim Távora
CEP 60.055-402 - Fortaleza-Ceará
Tel.: (85) 3255.6180 - 3255.6153
Fax: (85) 3255.6271
fdr.com.br
fundacao@fdr.com.br
uane@fdr.com.br

sumário

1. Introdução	244
2. A inovação empresarial e a inovação social	246
2.1 Da tecnologia à inovação social	248
3. Gestão social das tecnologias sociais	253
4. A inovação e a tecnologia social na promoção do desenvolvimento local	255
5. Inovação e Tecnologia Social no enfrentamento de problemas sociais brasileiros	257
5.1 Inovação e Tecnologia Social na convivência com o Semiárido	260
Síntese do Fascículo	262
Perfil dos Autores	262
Referências Bibliográficas	263

OBJETIVOS

1. Reconhecer inovação social e tecnologia social como um campo ligado à Gestão Social, diferente da inovação e da tecnologia convencionais.
2. Evidenciar algumas práticas que envolvam o uso de inovação social e tecnologia social.
3. Entender as possibilidades de políticas e ações de inovação social e tecnologia social para a mudança social.





1. Introdução

O domínio do saber fazer de uma comunidade, de uma associação, de um grupo de pessoas, que passa de geração em geração e vai sendo aprimorado, cumpre com o papel de manter viva a tradição e de resgate da sua originalidade, além de, na maioria das vezes, ser considerada uma inovação ou tecnologia social.

A inovação e tecnologia social (IS), em sua essência, é a construção, uso e difusão coletiva dos saberes, que são capazes de transformar realidades locais. Realidades como o enfrentamento à seca, a pobreza, a falta de acesso à educação e ao crédito, a escassez de serviços de saúde e de segurança, dentre outras que compõem o dia a dia das sociedades ao redor do mundo, mas muito bem marcado no Brasil e em regiões como a nossa.

Inovações e tecnologias sociais são aquelas ações, programas, projetos e produtos que são desenvolvidos por um conjunto de sujeitos (atores) que buscam soluções/respostas para situações insatisfatórias, com vistas a gerar bem-estar e satisfação para os indivíduos e coletividade por meio do atendimento das necessidades sociais (Correia, Oliveira e Gómez, 2016).

As inovações sociais se caracterizam por produtos ou processos que estão embasados em outra forma de produzir valor, com menos foco nos ganhos puramente financeiros e mais direcionados às demandas e necessidades gerais da sociedade. É nesse aspecto que a IS se distancia da inovação e tecnologia “puramente” econômica, ou o que chamamos de tecnologias e inovações tradicionais de mercado.



Para refletir

Anualmente milhões de toneladas de lixo são jogados na natureza sem tratamento ou ainda com tratamento precário. A origem disso tudo está na falta de pesquisa e desenvolvimento de produtos feitos com novos materiais – ambientalmente mais corretos que permitiriam maior reaproveitamento ou reciclagem dos resíduos e também produtos feitos para durarem mais.

Enquanto as inovações tradicionais baseadas na visão de Schumpeter (1985) ocorrem com o foco no mercado por meio de um novo produto, pela entrada em um novo mercado, ou uma nova fonte de materiais, ou ainda um novo processo produtivo que irá permitir que a competitividade de uma empresa melhore (visão excludente), as inovações e tecnologias sociais priorizam a inclusão, a melhor distribuição da economia, o compartilhamento de conhecimentos com a atuação conjunta de diversos atores no processo e produto resultante disso.

É, portanto, esperado que essas soluções emergjam a partir de um movimento de dentro da própria comunidade (ou também chamado de inovações sociais tipo *bottom-up* – de baixo para cima), pois se entende que os cidadãos que convivem com o problema são os mais qualificados para apontar soluções.

No entanto, é comum encontramos inovações sociais que vêm de fora da comunidade (as de tipo *top-down*¹ – de cima para baixo) que muitas vezes são trazidas por ONGs, Universidades, movimentos sociais, associações etc. Isso porque muitas vezes a comunidade não se sente empoderada ou não possui ferramentas, instrumentos ou capacidade de articulação para implantar a inovação social.

Encontramos diversos casos no Brasil e em nossa Região de inovações e tecnologias sociais, a exemplo do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que nasceu como uma tecnologia social dentro de uma comunidade e que se transforma em uma política pública; o Programa Jovens Radialistas do Semiárido, que atende as demandas de educação, profissionalização, empoderamento e despertar do senso crítico em jovens dos municípios

piauienses de Oeiras, São Raimundo Nonato, Picos e arredores. Ou ainda o projeto da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem do Kariri de prover educação e formação de protagonistas da cultura local e que, por meio da história, da arte, da comunicação e do turismo de base comunitária, ilustra uma iniciativa de inovação social.

É nesse caminho que se percebe que a inovação e a tecnologia social promovem a integração dos atores locais para o desenvolvimento do seu território, buscando soluções para aquelas demandas sociais não atendidas pelo governo e pelas empresas. A união de esforços e a definição dos papéis dos diversos atores é um caminho que pode elevar a inovação social a uma política pública, mas não necessariamente deve ser. O importante é o fortalecimento

1. O BEPA – Bureau of European Policy Advisers (2010) reconhece que ambos os sentidos das iniciativas são bem-vindos e desmitifica que apenas as inovações e as tecnologias sociais de baixo para cima sejam válidas. Azevedo e Pereira (2013) assim como Costa (2016) apontaram que as iniciativas *top-down* precisam de uma sinergia com as *bottom-up*.





A inovação empresarial e a **inovação social**

A geração de inovação sempre esteve presente na história da humanidade gerando soluções para problemas, principalmente os relacionados às atividades econômicas.

Na visão tradicional da inovação, esta ocorre por meio da introdução de um novo produto, mediante nova fonte de matérias-primas, a partir da introdução de um novo processo produtivo ou por meio da entrada em um novo mercado consumidor. Essas formas de inovar que foram propagadas por Schumpeter (1985) são praticadas pelas organizações empresariais e são objetos de trabalho

dos economistas que estudam a lucratividade das organizações.

Há também o entendimento de que a inovação está relacionada à introdução de uma nova solução, que seja mais eficaz para o usuário, mesmo que não seja uma novidade para outras pessoas. Entretanto, deve-se fazer uma distinção entre as novidades que possuem viabilidade técnica e não possuem viabilidade econômica. Essas soluções são apenas inventos diferenciando-se das inovações em função de sua capacidade de reprodução. Schumpeter (1985) enfatiza que inovação não é sinônimo de invenção.

“Mesmo quando a inovação resulta de uma invenção, que tanto pode ter acontecido autonomamente como em resposta a uma dada situação de negócio, as duas ações são, econômica e sociologicamente, duas coisas inteiramente diferentes, mesmo quando por acaso são executadas pela mesma pessoa. As atitudes pessoais e os processos sociais que produzem invenções e inovações pertencem a diferentes esferas, e as relações entre ambas são muito mais complexas do que pode parecer à primeira vista” (SCHUMPETER, 1985, p. 84).

Schumpeter (1985) já destacava a necessidade de as organizações praticarem inovações sociais de forma paralela à inovação tecnológica, como forma de aperfeiçoar a inovação nas organizações. Enquanto a inovação empresarial mantinha seu foco no desenvolvimento de produtos, a inovação social atuava em contextos como emprego, qualificação, segurança social e territórios, atuando como duas abordagens diferentes, mas com objetivos convergentes (GÓMEZ *et al*, 2014).

Para Pol e Ville (2009), a terminologia mais correta para as inovações

que objetivam lucro seriam inovações empresariais, que, por sua vez, são compostas por inovações tecnológicas (produtos e serviços melhorados) e inovações organizacionais (mudanças na estratégia, estrutura e rotina), objetivando a melhoria do desempenho.

Existem divergências de opiniões entre pesquisadores que acreditam que a inovação empresarial gera benefícios não só para o inovador, mas também para outras partes, como os consumidores e concorrentes. Decorre daí que alguns grupos acadêmicos acham desnecessário o estudo da inovação social, haja vista a inovação ser social por si só.

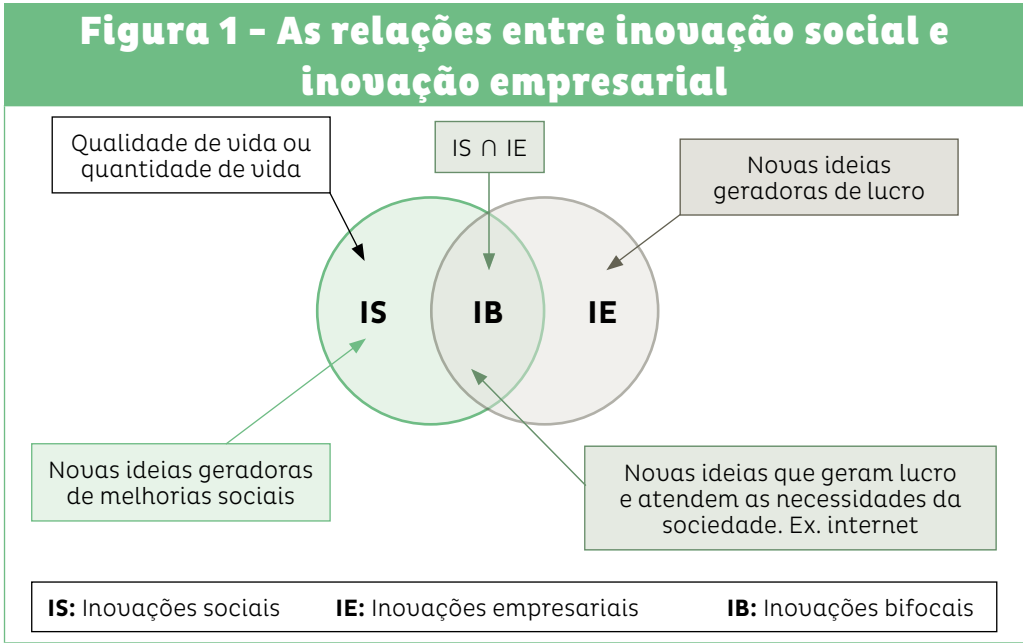
Ao olhar mais minucioso, percebe-se que as inovações sociais não são, necessariamente, motivadas pelo lucro. Como exemplo disso, há as novas ideias em que os seus

resultados são difundidos e expandidos para uso comunitário que podem assumir a forma de um produto – por exemplo, uma tecnologia.

Ou seja, em um extremo está a inovação empresarial, que, além de o objetivo principal ser o da competitividade e do lucro, causa (na maioria das vezes) dano ao meio ambiente; em contraste com as inovações sociais, que almejam o bem-estar individual e comunitário desenvolvendo o indivíduo, o seu espaço de vida e seu local de trabalho.

Pol e Ville (2009) propuseram um modelo que representa a inter-relação entre as duas formas de inovação, social e empresarial, e a existência de um campo formado pelas duas formas de inovação, chamado de bifocal, conforme ilustra a Figura 1, apresentada a seguir.

Enquanto as inovações empresariais são gerenciadas de dentro para fora, as inovações sociais têm na comunidade um dos principais atores do processo de inovação. Enquanto nas **inovações empresariais** o objetivo é reter o conhecimento gerado pela inovação, impedindo que outra organização tenha acesso à tecnologia, devido à competitividade empresarial, na **inovação social** ocorre simplesmente o inverso. Busca-se ao máximo a difusão, que favoreça a replicação e a expansão dos resultados para outras organizações e comunidades, transformando em prática comum o compartilhamento de conhecimentos entre comunidades e organizações por meio dos centros de inovação social e das redes sociais.



FONTE: POL; VILLE (2009, P. 11).





Para refletir

Quando pensamos em tecnologia e inovação, imediatamente pensamos em robôs, internet, produtos eletrônicos, raio *laser* etc. Agora pense em forma e meio de se fazer as coisas. Nos processos também existem tecnologias e inovações. A inovação do “como fazer”. Que tecnologias e inovações existem na sua região?

As inovações bifocais são, por exemplo, as inovações tecnológicas que podem estar a serviço de objetivos sociais ou econômicos ou a serviço de ambos. Muitas tecnologias que surgiram em um setor como o mercado, com o tempo, podem passar para outro como o público, exemplo do ensino a distância.

Com isso, estabelece-se um recorte entre as formas de inovação, em que não é a tecnologia que determina se uma inovação é social ou empresarial, mas sua forma de organização (cooperativas, associações, organizações sem fins lucrativos etc.), apropriação e a qual objetivo se pretende com ela.

Assim como as empresas fazem uso da tecnologia, ou inovação tecnológica, para obter lucro, os protagonistas sociais se apropriam da inovação tecnológica no processo de geração e obtenção de benefícios sociais. A conclusão a que se chegou de muitos trabalhos abordarem a relação inovação social e inovação tecnológica é a de que uma gera a outra, sendo que a inovação tecnológica apoia, como instrumento, a inovação social.

A relação entre inovação social e inovação tecnológica ultrapassa a relação de apropriação da tecnologia para um determinado fim social. Acredita-se que a relação tecnossocial produz uma mudança de paradigma social, na qual a sociedade sairia do paradigma industrial e passaria a um novo paradigma da sociedade da informação.

A partir dessa mudança de paradigma, a qualidade de vida do indivíduo não seria medida em função dos bens ou serviços adquiridos de modo individual e, sim, agora, pelos benefícios alcançados pela sociedade como um todo.

2.1 Da tecnologia à inovação social

Tecnologia, em seu sentido mais amplo, significa a aplicação de conhecimento técnico e científico em processos e produtos, que são criados ou podem ser modificados a partir deste conhecimento. A tecnologia social tem o propósito de nominar as tecnologias com o potencial de incluir pessoas na sociedade.

As tecnologias são chamadas “sociais” quando apresentam as condições para, a partir de sua implantação em determinados contextos, melhorar a qualidade de vida em sociedade. Essas soluções devem ter potencial para gerar efetivas mudanças em diversos campos, como educação, agricultura, saúde, meio ambiente, lazer, entre outros. Além disso, as tecnologias sociais também devem atender aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e geração de impacto social.



Inquietações acadêmicas acerca dos temas inovação social e tecnologia social são constantemente encontradas no cenário acadêmico nacional. Isso porque esses são ainda temas que se sobrepõem em alguns aspectos apesar dos esforços e avanços demonstrados nos discursos em torno das suas características, etapas, nuances, condicionantes, procedimentos e resultados.

Há de se considerar ainda que as inovações sociais são, por natureza, multidimensionais nos seus desafios em atender as demandas sociais dos diversos atores interessados em seus processos e resultados.

Alguns autores entendem a tecnologia social como uma continuação do movimento conhecido por tecnologia apropriada que teve início no século XX na Índia. Atribui-se a origem desse movimento à reação aos padrões de crescimento

econômico do pós-guerra, tanto nos países denominados Primeiro Mundo quanto nos denominados Terceiro Mundo. Outra perspectiva é a de que ela surgiu como uma reação a partir do questionamento em relação ao uso de tecnologias convencionais, que não seriam o ideal para países periféricos por causa da inevitável dispensa de mão de obra.

A preocupação com as questões relativas à sustentabilidade como a preservação do meio ambiente e desenvolvimento e utilização de fontes alternativas de energia, por exemplo, levaram Schumacher (1979) a abordar o tema da tecnologia apropriada sob a terminologia de intermediária, como uma combinação de tecnologias tradicionais com avançadas.

Diversas outras terminologias foram adotadas com referência a uma função social e contextual da tecnologia, como tecnologia suave, tecnologia ambientalmente saudável, comunitária, de baixo custo, da era solar, do terceiro milênio, participatória, progressiva, com face humana e outras.

Como características, as tecnologias sociais devem:

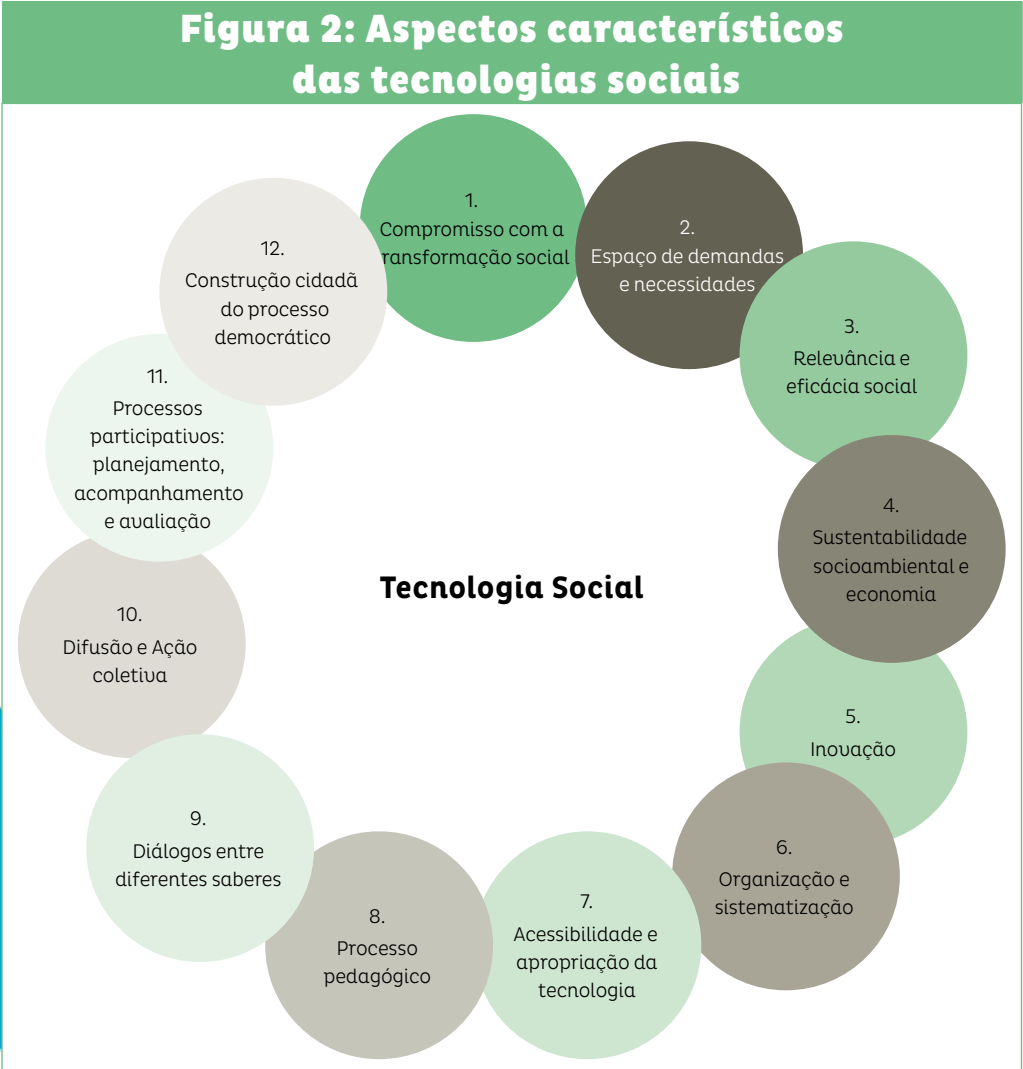
- ser adaptadas a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico;
- não promover o tipo de controle capitalista, segmentar, hierarquizar e dominar os trabalhadores;
- ser orientadas para a satisfação das necessidades humanas;
- incentivar o potencial e a criatividade do produtor direto e dos usuários;
- ser capazes de viabilizar economicamente empreendimentos como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária, a agricultura familiar e pequenas empresas.





Esse último item reforça a ideia que a participação ativa do usuário no desenvolvimento da tecnologia social é o divisor de águas entre essa e sua antecessora, a tecnologia apropriada. Enquanto a preocupação em torno da tecnologia apropriada estava concentrada

no produto final, a tecnologia social tem sua atenção voltada para o processo. Isso não significa que o produto final não seja importante, mas a essência está no processo de desenvolvimento da tecnologia. Esses elementos todos podem ser representados na Figura 2, a seguir.



FONTE: ADAPTADO DE "TECNOLOGIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO". (ITS, 2007, P. 15)

No Brasil, no início dos anos 2000, o movimento da tecnologia social deu origem a algumas organizações, como o Instituto Brasileiro de Tecnologia Social (ITS), a Fundação Banco do Brasil (FBB) e a Rede de Tecnologia Social (RTS).

O processo de construção de uma tecnologia social deve envolver o conhecimento de comunidades que estão precisando de um determinado tipo de solução e, por isso, os seus integrantes participam do desenvolvimento das novas formas de fazer, entendendo que essas novas técnicas deverão ser utilizadas com o propósito claro da mudança social, com capacidade para melhorar a qualidade de vida da comunidade e podendo servir como modelo para outros grupos que apresentem problemáticas similares.

Dentro dessa perspectiva, a tecnologia social seria o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico e de um acordo social, os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo (DAGNINO, 2009).



Para refletir

Grande atenção é referenciada ao projeto “Semiárido” (REDE, 2015), apresentando vários exemplos de tecnologias sociais aplicadas à Região do Semiárido, tais como:

- Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR), que apoiam os agricultores familiares;
- Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, que tem como premissa o manejo orgânico;
- minifábricas de beneficiamento de castanha de caju;
- bancos comunitários.

Para o Projeto denominado “Sistemas de Captação de Água para Produção” (REDE, 2015), são descritas diversas tecnologias sociais, tais como:

- barraginhas, que são pequenas barragens construídas com o envolvimento das comunidades, que, além de proporcionar maior oferta hídrica e consequente melhoria no processo de produção agrícola, diminuem os danos ambientais;
- cisternas adaptadas para a roça, formadas por uma área de captação, um reservatório de água e um sistema de irrigação;
- barragem subterrânea, que conserva a água de chuva infiltrada no subsolo nas áreas de baixios, fundos de vales e áreas de escoamento das águas de chuva, mediante uma barragem em profundidade cavada até a camada impermeável do solo;
- tanques de pedra, que possibilitam o armazenamento de grandes volumes de água captada nos lajedos, aproveitando a inclinação natural neles existentes;
- barreiro-trincheira, tanques profundos e estreitos, cavados em subsolo cristalino com um ou mais compartimentos e de mais de três metros de profundidade, com fundo e parede de pedra (piçarra), que não deixa a água se infiltrar.



A melhoria efetiva das condições de vida constitui-se em um dos principais objetivos do desenvolvimento de tecnologias sociais. Por essa razão, OLIVEIRA e SILVA (2012, p. 289) afirmam que:

“(...) as práticas que envolvem tecnologia social se encontram em sintonia com a definição de inovação social que se refere a atividades e serviços inovadores que visam e geram mudança social, que se difundem predominantemente entre atores que têm como primeiro propósito o desenvolvimento social”.

Na mesma linha de raciocínio, mas incorporando a tecnologia social, surgem os discursos internacionais sobre inovação social.

As relações entre IS e TS apresentam inúmeras semelhanças por meio do olhar da gestão social e do desenvolvimento sustentável. Uma relação que pode ser proposta é a de complementaridade, ao se observar as terminologias sob o olhar do desenvolvimento territorial. Percebe-se que as duas terminologias se aplicam à transformação social.

A inovação social é utilizada para fazer referência ao conhecimento – intangível, podendo estar incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado –, que apresenta como principal propósito o aumento da efetividade dos produtos, serviços e também os processos relacionados à satisfação das necessidades humanas.

Neste caso, a inovação social pode ser considerada como uma consequência da utilização das tecnologias sociais (conhecimento tangível).



Pressupostos Básicos Comuns entre IS e TS

- Satisfação das necessidades humanas;
- Preservação ambiental integrada ao desenvolvimento econômico, social e político-institucional;
- Fortalecimento de empreendimentos coletivos e geração de renda;
- Alcance da sustentabilidade nas dimensões social, ambiental e econômica;
- Transformação social;
- Promoção do bem-estar.

FONTE: ADAPTADO DE OLIVEIRA E SILVA (2012, P. 288).

3.

Gestão social das **tecnologias sociais**

As discussões acerca do conceito de gestão social iniciaram-se na década de 1990 e, desde então, têm sido objeto de estudo e práticas associadas às políticas públicas sociais, às organizações não governamentais, ao combate à pobreza, ao desenvolvimento territorial, à gestão participativa e à responsabilidade social e ambiental das organizações. Inadvertidamente, o termo também é compreendido por muitos com o significado de uma gestão voltada para o social, definindo-se a gestão social, antes de tudo, pela sua finalidade. Entretanto, a noção de gestão social vai além.

Para Tenório (2008, p. 39-40), a gestão social compreende a possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer nas relações de caráter produtivo, constituindo-se em um “espaço privilegiado das relações sociais”, em que todos têm direito à fala sem qualquer tipo de coação.

Outrossim, o conceito de gestão social é entendido como o processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. França Filho (2008b, p. 28) indica que a gestão social pode ser encontrada no conjunto de processos gestionários

democráticos e participativos orientados para a solução das demandas e necessidades da sociedade civil, primando pela irredutibilidade do econômico ao mercantil e pela irredutibilidade do político ao estatal.

Para que esta gestão social se efetive, é necessário também garantir mecanismos de participação social na atividade gestonária. Tenório (2008, p. 41; 48) aponta a necessidade da apreensão de dois conceitos para clarificar o *modus operandi* da gestão social: a) cidadania deliberativa; e b) participação. Para o autor, a prática da cidadania deliberativa significa que “a legitimidade das decisões deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da bem comum” (TENÓRIO, 2008, p. 41).

Dito de outra forma, a cidadania deliberativa implica uma gestão orientada para o diálogo, para o princípio da igualdade e para o respeito às particularidades de cada ser envolvido no processo de decisão. Já a participação, segundo Demo (apud TENÓRIO, 2008, p. 48), é um processo de constante redefinição, de conquista, que não é restrita apenas aos interessados ou à comunidade, mas





a todas as esferas sociais. É também uma prática social de troca de ideias. Este modo de gestão participativo e empoderador da cidadania deliberativa é a forma mais relevante do modelo gestor das tecnologias sociais, para Silva Júnior (2016).

Todavia, só a adoção da gestão social e participativa, como novo modelo de gestão, não modifica as relações sociais. Anteriormente, urgem discussões sobre os objetivos/fins das práticas gestórias. A racionalidade pode ser conceituada como o conjunto de valores que norteiam as práticas de cada ser humano. Em termos organizacionais, a racionalidade é traduzida como finalidade perseguida pela organização.

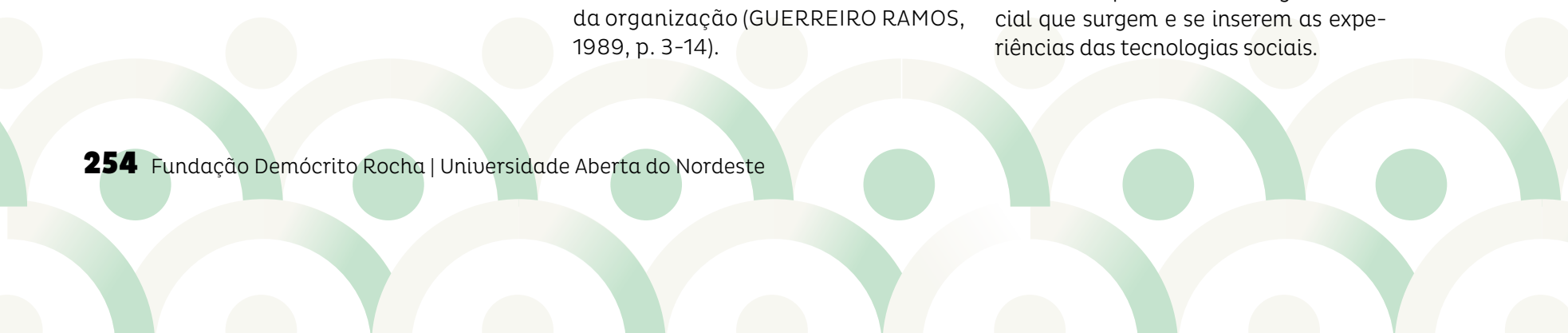
França Filho (2008b, p. 31) explica que, no modelo de gestão privada, o escopo da organização traduz-se em termos utilitários – de finalidade econômico-mercantil – tendo por consequência a execução de todos os meios necessários para alcançar esses fins, independentemente das consequências sociais e/ou ecológicas da decisão.

Conforme Guerreiro Ramos (1989, p. 90-92), a racionalidade instrumental concebe uma sociedade centrada no mercado, responsável pela degradação das relações sociais, da qualidade de vida, pelo desperdício dos recursos naturais, além da constituição de espaços sociais que não correspondem às aspirações da população. Como características dessa racionalidade, aponta-se o cálculo utilitário de consequências, os fins econômico-mercantis, a maximização dos recursos sem qualquer questionamento ético e a medida de retorno econômico dos êxitos da organização (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 3-14).

Em contraposição a tal racionalidade, o autor apresenta outra forma de ação racional, denominada por ele como racionalidade substantiva. Nos termos de Guerreiro Ramos (1989, p. 134-135), a ação organizacional substantiva exibe como características a autorrealização, o julgamento ético, a valorização do bem-estar social coletivo e a autonomia dos participantes no processo gestor.

De modo prático, esses construtos encontram ressonância em um conjunto de ações, projetos e negócios que articulam discussões sobre processos de desenvolvimento humano sustentável, baseados em uma perspectiva sistêmica de articulação socioinstitucional e socioprodutiva, socioeconômica e socioambiental. Isso pode ser percebido, mesmo nas tecnologias sociais, quando estas apresentam como diferencial significativo à busca de uma intervenção territorializada, gerando ações continuadas a partir da mobilização de diferentes atores que atuam em torno da transformação do território, capazes de representarem soluções para um desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado (BAUDOWIN; COLLIN, 2006; CASTELLS, 2007; SILVEIRA, 2006).

Nessa perspectiva, a busca pelo desenvolvimento se dá não somente em torno de fluxos de capital financeiro, produtividade e tecnologia, mas considera temas como a valorização das potencialidades e das identidades sociais, culturais e ambientais capazes de abrir novos caminhos de desenvolvimento local (BAUDOWIN; COLLIN, 2006; CASTELLS, 2007; SANTOS; SILVEIRA, 2001; SILVEIRA, 2006). É como exemplo evidente da gestão social que surgem e se inserem as experiências das tecnologias sociais.



4.

A inovação e a tecnologia social na promoção do desenvolvimento local

Se refletirmos sobre o fato de que o desenvolvimento de um território, de uma localidade, uma nação não se mede apenas pelos seus resultados econômico-financeiros, deparamos com a necessidade de compreender como podemos avaliar o desenvolvimento local.

Vários conjuntos de indicadores já foram criados, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano², ou de indicadores de sustentabilidade de localidades. O que esses indicadores mostram é que a vulnerabilidade, a exclusão social e o distanciamento da sociedade de políticas de bem-estar impedem alguns indivíduos de participar da sociedade de modo pleno ao mesmo tempo em que estes são marginalizados, em virtude da falta de qualificação, pobreza, oportunidade de educação, ou resultado da discriminação.

A exclusão pode se dar por meio de várias instâncias, como religião, gênero, sexualidade, questões físicas, renda, educação ou idade. Muitas dessas exclusões ocorrem como consequências das mudanças pelas quais a sociedade vem passando. Outras em

função de um processo histórico de isolamento devido à não participação na construção social. Exemplo característico dessa forma de exclusão são as pessoas com deficiência e moradores de zona rural.

Embora possuam direitos garantidos por lei, como acesso a educação e emprego, veem seus direitos não reconhecidos pela falta de visibilidade proporcionada pela sociedade em geral. As organizações e instituições, em sua maioria, não estão preparadas para atender a esse público. Não possuem hábitos e rotinas prontos para atender a esse grupo de pessoas. Dessa forma, empurram-nas para as margens da sociedade.

Essa situação gera cenários nos quais as necessidades dos indivíduos ou grupos de excluídos não têm sido atendidas pela atuação isolada do mercado ou pelo setor público. Essas demandas pedem por novas formas de inovação que contemplem o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas.

Nesse contexto, em que os meios institucionais não são capazes de atender às demandas sociais, é que



2. Medido por meio da análise de três subindicadores: renda, longevidade e escolaridade. Para mais informações, consulte o IDH dos municípios brasileiros em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/



emergem as inovações e tecnologias sociais. Novas formas de pensar, agir e produzir novos conhecimentos, a fim de atender às necessidades sociais nas mais diversas áreas, por meio da coesão social e solidariedade entre todos os envolvidos.

Um dos fatores de maior importância da inovação social para o desenvolvimento territorial está relacionado ao caráter emancipatório da inovação social frente à situação inicial dos atores usuários. Esta, com certeza, é a característica mais marcante de uma inovação social, o empoderamento de grupos excluídos e marginalizados.

Porém cada território possui sua dinâmica própria, decorrente de suas características econômicas, sociais, políticas, institucionais e culturais, o que o torna único e com processos também ímpares.

Isso porque quanto maior a cooperação entre os diversos atores sociais em um processo de interação social, maior o nível de inovação social em um dado território. Doutra forma, quanto menor o nível de cooperação entre os atores sociais, menor o nível de inovação social.

O desenvolvimento de inovações sociais dentro de um território está relacionado a dois fatores ambientais, que podem contribuir para seu surgimento e sucesso. São eles:

- **governança:** participação dos atores sociais envolvidos no processo decisório e em reuniões consultivas, que impactam a inovação social em um dado território, com oportunidade de ouvir e de ser ouvidos pelos demais atores, contribuindo de maneira significativa para a conservação do capital social; e

- **administração flexível:** possibilidade de adaptação das políticas públicas, normas, regras institucionais e culturais a um contexto em um dado momento, a partir de novos aprendizados.

Para que haja interação entre os atores em um território, faz-se necessária a presença do capital social. Este pode ser entendido como um conjunto de instituições formais e informais, normas sociais, hábitos e costumes que afetam os níveis de confiança, solidariedade e confiança em um grupo ou sistema social.

O capital social propicia:

- maior facilidade de compartilhamento de informações e conhecimentos bem como custos mais baixos, devido a relações de confiança, espírito cooperativo, referências socioculturais e objetivos comuns;
- melhor coordenação de ações e maior estabilidade organizacional, devido a processos de tomada de decisão coletivos;

- maior conhecimento mútuo, ampliando a previsibilidade sobre o comportamento dos agentes, reduzindo a possibilidade de comportamentos oportunistas e propiciando maior compromisso em relação ao grupo.

O desenvolvimento regional está mais associado ao capital social do que ao econômico ou humano. Para Putman (2000), o capital social assume duas formas diferentes: uma relacionada aos laços internos no interior de um lugar/comunidade; a outra decorrente das relações com o exterior, entre lugares e comunidades distintas.

No mesmo sentido, o processo de empoderamento de comunidades por meio da inovação social se dá a partir da aquisição de novos conhecimentos, competências e habilidades, decorrentes da interação dos atores da inovação. Como dito no início da seção, esta interação objetiva o bem-estar da comunidade, que passa a uma nova condição de emancipação política e social frente a sua condição anterior. Dessa maneira, o empoderamento é uma dentre as abordagens, assim como o capital social e inclusão social, que de forma implícita ou explícita estão relacionados ao desenvolvimento.

5.

Inovação e Tecnologia Social no enfrentamento de problemas sociais brasileiros

Muitas das inovações sociais se viabilizam dada a formação de redes de cooperação interorganizacionais e multissetoriais. Estas redes proporcionam um maior nível de inovação e benefícios sociais aos usuários, à medida que aumenta o nível de cooperação entre as organizações.

Os problemas sociais se diferenciam em cada território dado o seu contexto e o entendimento do que são problemas sociais que demandam soluções. No Brasil, as carências sociais são inúmeras, o que se torna um campo fértil para as tecnologias e as inovações sociais.

Alguns exemplos de tecnologia social apoiados pela Fundação Banco do Brasil são:

O projeto “Agroecologia Urbana e Segurança Alimentar”, desenvolvido no município de Embu (SP), em

que são desenvolvidas hortas orgânicas comunitárias, oficinas e cursos de assistência técnica, com foco em agroecologia, permacultura, segurança alimentar e nutricional, agricultura orgânica, economia solidária e educação ambiental, junto às populações vulneráveis, por meio da educação popular (FBB, 2017).

Os participantes têm acesso aos alimentos orgânicos produzidos nas hortas, melhorando a qualidade alimentar e nutricional de toda a família.

Os espaços comunitários das hortas são utilizados de forma terapêutica, auxiliando no tratamento de pacientes com problemas psicológicos, neurológicos e dependências químicas.

A expansão das ações de agricultura urbana e periurbana nos moldes agroecológicos auxilia no combate às





áreas de riscos, proteção às áreas de mananciais, ampliação de áreas verdes e da biodiversidade, no aumento da infiltração de águas pluviais no solo, requalificação de áreas degradadas, requalificação da paisagem da cidade, reutilização de resíduos sólidos para estruturas de agricultura urbana, aproveitamento integral de resíduo para produção de composto orgânico etc.

Além disso, o envolvimento nas atividades desenvolvidas contribui para o complemento da renda familiar, tanto pela geração indireta de renda devido à redução do gasto mensal com alimentos como pela geração de trabalho e renda por meio da comercialização dos alimentos produzidos nas hortas. O trabalho coletivo desenvolvido também contribui para a socialização e a autonomia do grupo.

Uma das inovações sociais trazidas ao Brasil por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS) é o Método Mãe Canguru. Esta inovação social foi desenvolvida na Colômbia em 1979, no

Instituto Materno-Infantil de Bogotá, e tem sido proposta como uma alternativa ao cuidado neonatal convencional para bebês de baixo peso ao nascer. Este método é definido pela OMS como o cuidado do recém-nascido de baixo peso que, após estabilização inicial, é mantido de forma contínua e prolongada em contato pele a pele. As crianças nascidas pré-termo e/ou com baixo peso ao nascer e com quadro estável apresentam perfil para indicação ao Método Mãe Canguru, pois necessitam de proteção térmica, alimentação adequada, observação frequente e proteção contra infecções.

O MMC chegou ao Brasil de forma *top-down*, como política de governo proposta pelo Ministério da Saúde em 1999, a fim de qualificar as interações sociais no Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da mudança de valores e participação dos pais. Os primeiros serviços no Brasil que aplicaram o MMC, em 1992, foram o Hospital Guilherme Álvaro, em Santos, São Paulo, e, em 1993, o Instituto Materno-Infantil de Pernambuco (IMIP).

O mais interessante desse caso é que, apesar de o método apresentar as suas diretrizes definidas por agentes externos (a visão “top” do processo), alcança a comunidade-alvo (a visão “down” do processo) e passa por modificações decorrentes da realidade onde ele está sendo implementado, a partir da influência de novos atores e procedimentos, para que possa funcionar de acordo com o novo contexto.



FONTE DAS IMAGENS: [HTTP://TECNOLOGIASOCIAL.FBB.ORG.BR/TECNOLOGIASOCIAL/BANCO-DE-TECNOLOGIAS-SOCIAIS/PESQUISAR-TECNOLOGIAS/AGROECOLOGIA-URBANA-E-SEGURANCA-ALIMENTAR.HTM](http://TECNOLOGIASOCIAL.FBB.ORG.BR/TECNOLOGIASOCIAL/BANCO-DE-TECNOLOGIAS-SOCIAIS/PESQUISAR-TECNOLOGIAS/AGROECOLOGIA-URBANA-E-SEGURANCA-ALIMENTAR.HTM)

Isso significa dizer que uma mesma IS pode se comportar de diferentes formas: em determinados momentos ela pode configurar-se como uma iniciativa de inovação social *bottom-up* e, em outros momentos, transformar-se em uma inovação social tipo *top-down*, que passa a ser regida por procedimentos estabelecidos por agentes externos.

A Associação Sociedade do Sol (São Paulo), observando que o Brasil é um país com alta média de irradiação solar e bem distribuída ao longo do ano, bem como com alta temperatura média ambiente, desenvolveu um aquecedor solar de baixo custo e com possibilidades de as pessoas criarem o seu próprio aquecedor (FBB, 2017).

De fácil montagem, os usuários são encorajados a fazê-lo no modo “faça você mesmo”. O custo baixo (entre R\$ 100 e R\$ 200) se dá devido às simplificações embutida, já que foi inteiramente construído em material plástico, dispensando a caixa envoltória em alumínio e vidro (FBB, 2017).



FONTE : [HTTPS://ESTILO.UOL.COM.BR/GRAVIDEZ-E-FILHOS/NOTICIAS/REDACAO/2015/12/31/METODO-MAE-CANGURU-AJUDA-NO-DESENVOLVIMENTO-DE-CRIANCAS-COM-POUCO-PESO.HTM](https://estilo.uol.com.br/gravidez-e-filhos/noticias/redacao/2015/12/31/metodo-mae-canguru-ajuda-no-desenvolvimento-de-criancas-com-pouco-peso.htm)



FONTE: [HTTP://WWW.PAPODEMAE.COM.BR/2016/03/14/METODO-MAE-CANGURU-O-QUE-E-E-COMO-FAZER-COM-BEBE-PREMATURO/](http://www.papodema.com.br/2016/03/14/metodo-mae-canguru-o-que-e-e-como-fazer-com-bebe-prematuro/)



FONTE DAS IMAGENS: [HTTP://TECNOLOGIASOCIAL.FBB.ORG.BR/TECNOLOGIASOCIAL/BANCO-DE-TECNOLOGIAS-SOCIAIS/PESQUISAR-TECNOLOGIAS/AQUECEDOR-SOLAR-DE-BAIXO-CUSTO.HTM](http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/aquecedor-solar-de-baixo-custo.htm)



Para refletir

Esses exemplos poderiam ser aplicados à minha região? O que falta para aplicarmos esses conceitos por aqui?



5.1 Inovação e Tecnologia Social na convivência com o Semiárido

A convivência com as dificuldades sociais se espalha pelo mundo todo, mas no Semiárido elas se acentuam pela acentuada situação climática, que traz consigo inúmeros problemas econômicos, sociais e políticos.

O enfrentamento desses problemas e a constante insistência de que é necessário aprender a conviver com a situação climática vêm transformando os territórios áridos nos nove estados brasileiros (AL, BA, CE, PB, PE, PI, SE, RN e MG).

Vários atores, como associações, ONGs, fundações e institutos, vêm implantando projetos e programas de tecnologias e inovações sociais que auxiliam na convivência com a Região.

Um desses exemplos é o Biodigestor Sertanejo (Pernambuco), que é uma tecnologia social que produz biogás a partir de esterco animal, o qual é utilizado em fogões para a preparação da alimentação familiar. A simplicidade de manutenção e manejo, o baixo custo econômico de instalação, a substituição do gás butano

pelo biogás, a redução de emissão de gás metano e gás carbônico na atmosfera e a produção de adubo orgânico e biofertilizante reforçam a importância dessa ação (FBB, 2017).

O biodigestor é uma estratégia eficiente de redução do desmatamento e consequentemente da desertificação, além de se caracterizar como uma ação mitigadora dos efeitos das mudanças climáticas. Ele gera autossuficiência energética das famílias para a preparação de sua alimentação.

Atendendo a famílias do agreste, sertão e semiárido de vários estados do Nordeste, o Biodigestor Sertanejo permite que a alimentação das famílias beneficiárias já seja preparada com o uso do biogás, gerando assim autossuficiência energética para este fim.

Elas não dependem mais da compra do botijão de gás, nem do carvão e da extração de lenha, já que ele produz todo o biogás necessário que é utilizado em qualquer fogão a gás comum.

Essa tecnologia também evita a emissão de gases causadores do efeito

estufa presentes no esterco animal, que são o gás metano (CH₄) e gás carbônico (CO₂), os quais são acondicionados no biodigestor e queimados no fogão. A degradação do meio ambiente é mais um problema que vem sendo reduzido, já que a lenha e o carvão para cozinhar deixam de ser extraídos da vegetação nativa.

Com o desuso do fogão à lenha, há uma melhoria na saúde das pessoas, principalmente das mulheres que assumem a responsabilidade de cozinhar, que eram afetadas sofrendo com a fumaça causadora de problemas respiratórios. Com a retirada do esterco dos currais, há uma melhora na sanidade animal, pois se reduz a quantidade de material exposto e de moscas (FBB, 2017).

Outros exemplos de inovação social amplamente difundida no Semiárido são os programas de Formação e Mobilização Social de convivência do Semiárido implantados por meio da Articulação do Semiárido (ASA), tendo como principais projetos o “P1MC



FONTE DAS IMAGENS: [HTTP://TECNOLOGIASOCIAL.FBB.ORG.BR/TECNOLOGIASOCIAL/BANCO-DE-TECNOLOGIAS-SOCIAIS/PESQUISAR-TECNOLOGIAS/DETALHAR-TECNOLOGIA-327.HTM](http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-327.htm)

– Um Milhão de Cisternas” e o “P1+2 – Programa Uma Terra Duas Águas”, que envolve as famílias nos processos de discussão e implementação de políticas públicas voltadas para ampliar o acesso à água e aos demais meios de produção e direitos básicos, no Semiárido.

O P1MC, lançado em julho de 2003, tem como objetivo contribuir, por meio de um processo educativo, para a transformação social, visando à preservação, ao acesso, ao gerenciamento e à valorização da água como um direito da vida e da cidadania.

As cisternas de placas (P1MC), produto final desse projeto, são reservatórios de captação de água de chuva, com capacidade para armazenamento de 16 mil litros de água, feitas com placas de cimento pré-moldadas, cuja finalidade é armazenar água para consumo humano das famílias rurais.

O P1+2 fomenta a implementação de tecnologias sociais voltadas ao aproveitamento hídrico para a produção de alimentos – cisternas calçadão, barreiros-trincheiras, tanques de pedra, infraestruturas que dão suporte para o fortalecimento da estrutura

hídrica e de segurança alimentar e nutricional das famílias e comunidades de agricultores familiares.

A ASA promove e difunde essas inovações sociais voltadas para o semiárido, discutindo e organizando novas opções de política pública para ampliar o acesso à água às famílias de baixa renda da região, como também ações voltadas para a produção de alimentos para o autoconsumo, com vistas à garantia da segurança e soberania alimentar.

São muitos mais exemplos de tecnologias e inovações sociais que vêm sendo desenvolvidas por aí, como podemos ver em Felix et al (2009). Isso significa dizer que é possível transformar as situações negativas quando se unem esforços e quando se pensa no coletivo.

Essas soluções trazem benefícios para estas e para as futuras gerações. Aprender a transformar e acreditar em sonhos como o de um futuro melhor para todos nós é o que vimos neste fascículo.

Esperamos que brotem dentro de cada um de vocês um sonho de transformar e que juntos inovem para promover o bem-estar coletivo.

Abrços!



Para refletir

Que outros casos você conhece na sua Região que estão mudando a realidade local?



FONTE: [HTTP://WWW.DIACONIA.ORG.BR/NOVOSITE/IMG/UPLOADS/121114161516_121108132021_CISTERNA.JPG](http://WWW.DIACONIA.ORG.BR/NOVOSITE/IMG/UPLOADS/121114161516_121108132021_CISTERNA.JPG)



FONTE: [HTTP://WWW.ASABRASIL.ORG.BR/IMAGES/CONTEUDO-ESTATICO/P1-2/_ANS9298.JPG](http://WWW.ASABRASIL.ORG.BR/IMAGES/CONTEUDO-ESTATICO/P1-2/_ANS9298.JPG)



Síntese do **Fascículo**

Inovar para quem? Inovar em o quê? Inovar pode ser um produto. Inovar pode ser um processo. Inovação não é apenas para cientistas. Inovação pode ser de baixo custo. Pode ser acessível a muitos. Ainda mais se ela for disseminada com esse propósito.

Inovação e tecnologia social podem transformar realidades, podem promover o desenvolvimento local. Iniciativas que são feitas pela comunidade para a comunidade, com o envolvimento de todos os interessados, incluindo aqueles que, de alguma forma, deixam de ser atendidos pelo mercado ou pelas políticas públicas.

São ações, projetos, programas que visam à melhoria das condições

e qualidade de vida desta e das futuras gerações. Caminhando de mãos dadas com o empoderamento, o associativismo, o coletivo, o incluyente, as inovações e tecnologias sociais alimentam bancos de experiências que mostram que é possível conviver com regiões como a do Semiárido, mas também de contextos diferentes em que os problemas se repetem.

Educação, saúde, meio ambiente, habitação, mobilidade, geração de emprego e renda são exemplos de áreas em que o Brasil continua muito carente e precisando de esforços que aglutinem vários atores. A inovação e a tecnologia social aglutinam essas iniciativas.

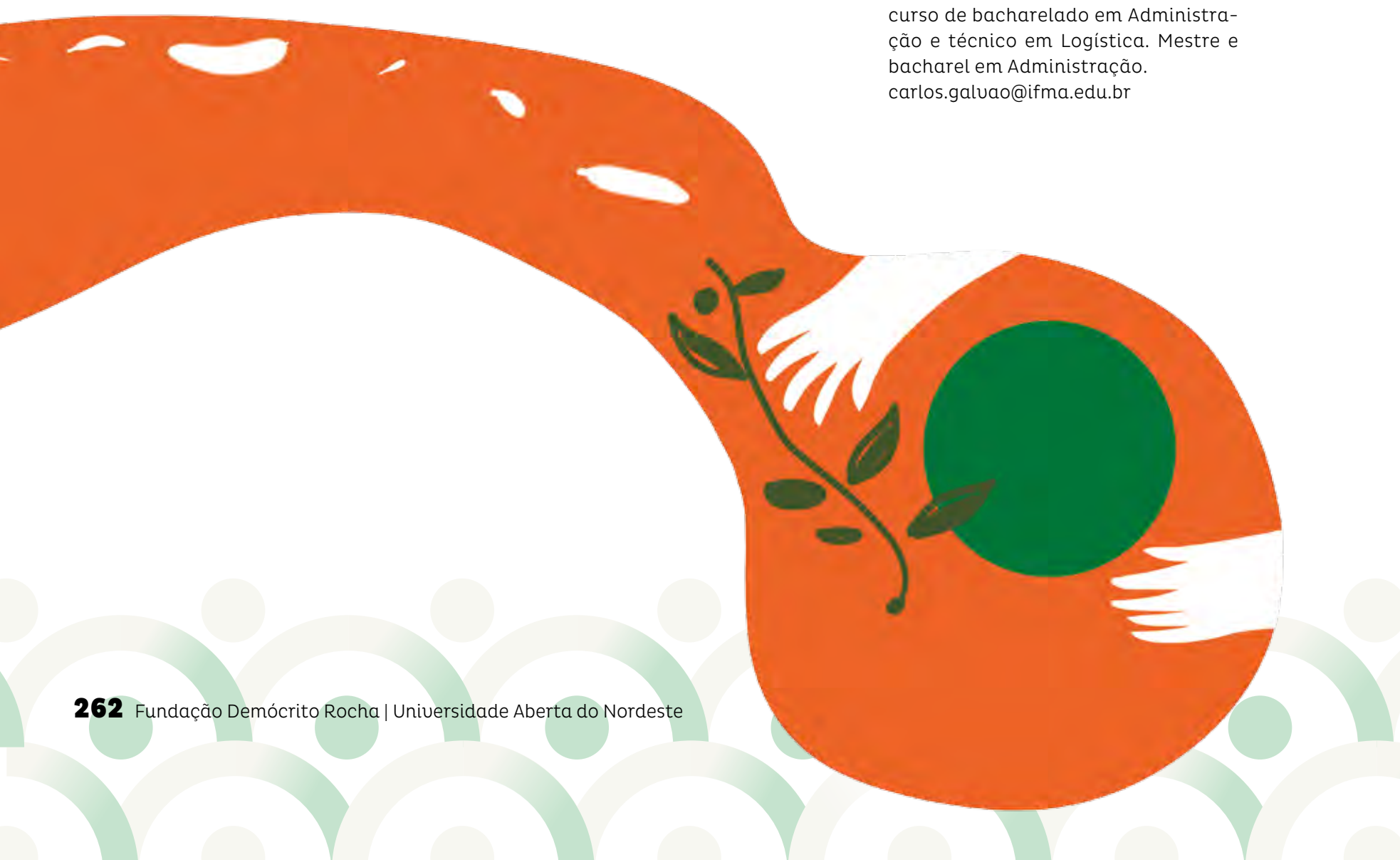
Perfil dos **Autores**

Carla Pasa Gómez – UFPE

Carla Regina Pasa Gómez – Pesquisadora nos temas de inovação social, responsabilidade socioambiental empresarial e sustentabilidade. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora e mestre em Engenharia de Produção. Bacharel em Administração. carlapasagomez@gmail.com

Carlos Eduardo de Souza Galvão – IFMA

Pesquisador nos temas de inovação social, empreendedorismo social e sustentabilidade. Professor do Instituto Federal do Maranhão no curso de bacharelado em Administração e técnico em Logística. Mestre e bacharel em Administração. carlos.galvao@ifma.edu.br



Referências **Bibliográficas**

1. AZEVEDO, A. M. M.; e PEREIRA, N. (2013). Análise top-down e bottom-up de um programa de inovação energética: O programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Revista Gestão & Conexões, Vitória, v.2, n.2, jul – dez 2013, p. 32-51.
2. BAUDOWIN, Thierry; COLLIN, Michèle. O território do comum na mobilização produtiva dos atores da cidade. In: SILVA, Geraldo; COCCO, Giuseppe. (Orgs.). Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: SEBRAE, 2006. p. 198-211.
3. BEPA – Bureau of European Policy Advisers (2010). Empowering people, driving change. Social Innovation in the European Union. European Communities. Luxembourg, 2010.
4. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2007. v.1. 698 p.
5. CORREIA, S. E. N.; OLIVEIRA, V. M.; GÓMEZ, C. P. Dimensões da Inovação Social e os Papeis do Ator Organizacional: A Proposição de um Framework. RAM, REV. ADM. MACKENZIE (Mackenzie Management Review), 17(6), Special Edition, 102-133, São Paulo, SP, Nov./Dec. 2016
6. DAGNINO, Renato (org.). Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: IG/Unicamp, 2009. p. 5-12; 55-72.
7. GOMEZ, C., et al. Inovação Social x Tecnologia Social: Duas faces da mesma moeda? In: XXVII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 2014, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANPAD, 2014.
8. GUERREIRO RAMOS, Alberto. A nova ciência das organizações. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989. 210 p.
9. FRANÇA FILHO, Genauto C. Definindo gestão social. In: SILVA JÚNIOR, Jeová T. et al. (Orgs.). Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008b. p. 27-37.
10. FBB – FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Tecnologias sociais. Disponível em: <https://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-detecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-67.htm>
11. INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Tecnologia Social. São Paulo: ITS, 2007. Coleção Conhecimento e Cidadania, v.1.
12. INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Tecnologia Social e Desenvolvimento Participativo. São Paulo: ITS, 2007. Coleção Conhecimento e Cidadania, v. 2.
13. OLIVEIRA, N. D. A.; SILVA, T. N.. Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório do CREDITAG-RO. Revista Adm. UFSM, Santa Maria, v. 5, n. 2, p. 277 – 295, MAI./AGO. 2012.
14. POL, P.; VILLE, S. Social innovation: Buzz word or enduring term. The Journal of Socio-Economics, 2009, v. 38, p.878-885.
15. REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. Disponível em: <http://rts.ibict.br/>
16. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.
17. SILVA JÚNIOR, Jeová T. Utilidade social e finanças solidárias: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2016. 291 f.
18. SILVEIRA, Caio M. Desenvolvimento local: uma hipótese política. In: SILVA, Geraldo; COCCO, Giuseppe. (Orgs.). Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: Sebrae, 2006. p. 212-228.
19. SCHUMACHER, E. F. O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
20. SCHUMPETER, J. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. 2a ed.. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
21. TENÓRIO, Fernando G. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JÚNIOR, Jeová T. et al. (orgs.). Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 39-59.
22. FELIX, Waleska J. S.; GRANGEIRO, Rebeca R.; SILVA JUNIOR, Jeova T.; QUIRINO, Régio H. R. A relação entre tecnologia social e o desenvolvimento local participativo: a APAEB e o Instituto Palmas como expressão destes vínculos. Revista Adm. MADE, Rio de Janeiro, v.13, p.16 – 33, 2009.

Apoio



Promoção



Realização

